

PARECER DE SEGUNDA OPINIÃO

O parecer de Vigeo Eiris sobre a estrutura do Título Social do Banco ABC Brasil é que este está **alinhado** com os quatro componentes principais dos Princípios para Títulos Sociais 2020 (Social Bond Principles, "SBP").



Emissão

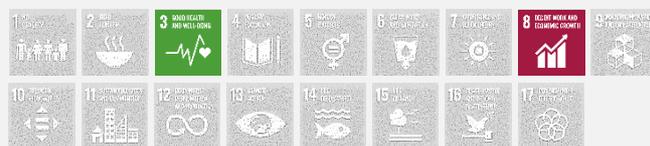
Contribuição para a sustentabilidade:



- Avançado
 Bom
 Limitado
 Fraco

| | Fraco | Limitado | Bom | Avançado |
|----------------------|-------|----------|-----|----------|
| Impactos Esperados | | | | |
| Gestão de riscos ASG | | | | |

Mapeamento ODS:



Características

| | |
|------------------------------|---|
| Categorias sociais elegíveis | 4 categorias para financiar empresas de médio porte e saúde impactadas negativamente pela crise de Covid-19 |
| População Alvo | Identificada |
| Localizações do projeto | Brasil; Regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste. |
| Existência de estrutura | Sim |
| Parte do refinanciamento | 20% máximo |
| Look back period | 6 months |

Emissor

Envolvimento em atividades controversas

- | | | |
|---|--|---|
| <input type="checkbox"/> Álcool | <input type="checkbox"/> Células-tronco embrionárias humanas | <input type="checkbox"/> Medicina reprodutiva |
| <input type="checkbox"/> Areias de alcatrão e xisto de petróleo | <input type="checkbox"/> Engenharia genética | <input type="checkbox"/> Militar |
| <input type="checkbox"/> Armas de fogo civis | <input type="checkbox"/> Energia nuclear | <input type="checkbox"/> Pornografia |
| <input type="checkbox"/> Bem estar animal | <input type="checkbox"/> Empréstimos com alta taxa de juros | <input type="checkbox"/> Produtos químicos de interesse |
| <input type="checkbox"/> Cannabis | <input type="checkbox"/> Indústria Combustíveis fósseis | <input type="checkbox"/> Tabaco |
| <input type="checkbox"/> Carvão | <input type="checkbox"/> Jogos de azar | |

Controvérsias

| | |
|-------------------------|---------|
| Número de controvérsias | Nenhuma |
| Frequência | NA |
| Severidade | NA |
| Capacidade de Resposta | NA |

Coerência

Coerente

Parcialmente coerente

Não coerente

Consideramos que o Título contemplado é coerente com as prioridades estratégicas de sustentabilidade do Banco ABC Brasil, e com respectivas questões setoriais, e contribui para o cumprimento dos compromissos de sustentabilidade do Emissor.

Principais conclusões

Uso dos Recursos

- As **categorias elegíveis** a serem financiadas estão claramente definidas.
- Os **objetivos sociais** são claramente definidos e são relevantes em relação aos critérios elegíveis selecionados.
- Os **benefícios sociais** esperados são claros.
- O Emissor forneceu informações sobre a estimativa geral da **parte do refinanciamento** ao nível do Título, e um **período de retrospectiva** foi definido.

Avaliação e Seleção

- O **processo de avaliação e seleção** está claramente definido e o processo de seleção é divulgado publicamente neste Parecer de Segunda Opinião (PSO).
- Os **critérios de elegibilidade** (seleção e exclusão) são definidos e específicos.
- O processo de identificação e de gestão dos **Riscos Ambientais e Sociais** está formalizado e publicamente divulgado.

Gestão dos Recursos

- O **processo de designação e gestão** de recursos é claro e encontra-se **divulgado publicamente**.
- O **período de designação** é de 24 meses ou menos.
- Os recursos netos do Título serão colocados na **tesouraria geral do Emissor e rastreados pelo Emissor de maneira adequada e atestados em um processo interno formal**. As informações sobre os **tipos pretendidos de colocação temporária** para o saldo do produto líquido não alocado são divulgadas publicamente.
- O Emissor comprometeu-se a que, enquanto o Título estiver em circulação, o **saldo dos recursos líquidos rastreados será ajustado periodicamente** para adequar as designações às categorias elegíveis feitas durante esse período.
- O Emissor forneceu informações sobre o procedimento a ser aplicado em caso de **desinvestimento ou adiamento de empréstimos**, e comprometeu-se a realocar recursos desinvestidos para outros empréstimos elegíveis.

Comunicação

- O Emissor comprometeu-se a **comunicar anualmente até o vencimento do Título**. O relatório será divulgado apenas aos investidores-detentores de títulos e abrangerá informações relevantes relacionadas à designação dos recursos dos títulos e aos benefícios sustentáveis esperados das categorias.
- O **processo e os responsáveis para comunicar** o Título estão claramente definidos e serão divulgados aos investidores.
- O Emissor apresentará relatório sobre a **designação de recursos e benefícios sociais** no nível de títulos e categoria elegível.
- O **rastreamento e a designação de recursos para as categorias elegíveis serão verificados apenas internamente** pelo Emissor.
- Os **indicadores utilizados para comunicar os benefícios ambientais e sociais** das categorias elegíveis serão **verificados internamente** pelo Emissor.

Alcance das Revisões Externas

| | | | |
|-------------------------------------|--|--------------------------|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> | Pré-Emissão do Parecer de Segunda Opinião | <input type="checkbox"/> | Verificação independente dos relatórios de impacto |
| <input type="checkbox"/> | Verificação independente da designação de fundos | <input type="checkbox"/> | Certificação <i>Climate Bond Initiative</i> |

Contato

Sustainable Finance Team | VESustainablefinance@vigeo-eiris.com

PARTE 1: EMISSÃO

O Emissor descreveu as principais características do Título dentro de uma estrutura formal de Título Social que abrange os quatro componentes principais dos princípios de Títulos Sociais 2020 (a última versão atualizada foi fornecida à Vigeo Eiris em junho de 2020). O Emissor comprometeu-se a tornar público este Parecer de Segunda Opinião no *website* do Banco ABC Brasil na data da emissão, de acordo com as boas práticas de mercado. A estrutura formal de Título Social será divulgada somente aos investidores.

Alinhamento com os Princípios de Títulos Sociais

A opinião de Vigeo Eiris é de que a Estrutura de Títulos Sociais do Banco ABC Brasil está alinhada com os quatro componentes principais dos Princípios de Títulos Sociais 2020:

- **Uso de Recursos**
- **Avaliação e seleção**
- **Gestão de Recursos**
- **Comunicação**

Contribuição para a Sustentabilidade

Se espera que a potencial contribuição das categorias elegíveis para os objetivos sociais seja Bom.

Impactos Esperados

Se espera que o impacto positivo das categorias elegíveis nos objetivos sociais seja Bom.

Gestão de riscos ASG

A identificação e o gestão dos riscos ambientais e sociais associados às categorias elegíveis são considerados Bons.

Alinhamento com os Princípios de Títulos Sociais

Uso dos Recursos



Os recursos líquidos do Título exclusivamente financiarão, ou refinanciarão, em parte ou no todo, empréstimos que se enquadram em quatro categorias sociais elegíveis (“Categorias elegíveis”), conforme o indicado na Tabela 1.

- As **categorias elegíveis** a serem financiadas estão claramente definidas. O Emissor forneceu a natureza das despesas, a descrição dos empréstimos, os critérios de elegibilidade e exclusão, e comunicou a localização no nível do país de todas as categorias elegíveis.
- Os **objetivos sociais** estão claramente definidos e são coerentes com os objetivos de sustentabilidade definidos nas normas internacionais para todas as categorias.
- Os **benefícios sociais esperados** estão claros para todas as categorias elegíveis. Os benefícios sociais esperados identificados são relevantes, mensuráveis e serão quantificados para todas as categorias elegíveis no relatório pós-emissão.
- O Emissor forneceu informações sobre a **parcela estimada do refinanciamento**, a qual não excederá de 20%. Além disso, o Emissor comprometeu-se a respeitar, em caso de refinanciamento, um **período de retrospectiva** de, no máximo, 6 meses a partir da data de emissão, de acordo com as melhores práticas.

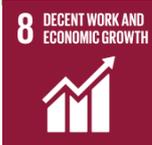
Tabela 1: Categorias Elegíveis, Objetivos de Sustentabilidade e Benefícios Esperados

| CATEGORIAS ELEGÍVEIS | POPULAÇÃO ALVO | OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE E BENEFÍCIOS | ANÁLISE DE VIGEO EIRIS |
|---|---|--|--|
| Empréstimos para empresas de médio porte em regiões menos desenvolvidas | Empresas de médio porte localizadas em regiões menos desenvolvidas. | Geração de emprego Promover o crescimento econômico das PMEs nas regiões menos desenvolvidas do Brasil e reduzir as desigualdades regionais. | A definição desta categoria é clara. A população alvo está claramente definida. O objetivo social pretendido está claramente definido. O Emissor identificou benefícios sociais mensuráveis para a categoria elegível. Os benefícios esperados serão quantificados no relatório pós-emissão. |
| Empréstimos a empresas de médio porte impactados negativamente pela crise da Covid-19 | Empresas de médio porte afetadas pela crise do Covid-19. | Preservação do trabalho Impedir a perda de empregos e promover a preservação do emprego nas PME afetadas pela crise do Covid-19. | A definição desta categoria é clara. A população alvo está claramente definida. O objetivo social pretendido está claramente definido. O Emissor identificou benefícios sociais mensuráveis para a categoria elegível. Os benefícios esperados serão quantificados no relatório pós-emissão. |
| Empréstimos a empresas de médio porte que apoiam a geração de empregos | Empresas de médio porte no Brasil que geram emprego. | Geração de emprego Criação de empregos no segmento intermediário do Brasil, financiando empresas de médio porte. | A definição desta categoria é clara. A população alvo está claramente definida. O objetivo social pretendido está claramente definido. O Emissor identificou benefícios sociais mensuráveis para a categoria elegível. |

| | | | |
|--|--|--|---|
| | | | Os benefícios esperados serão quantificados no relatório pós-emissão. |
| Empréstimos a empresas da área da saúde para responder à crise do Covid-19 | Empresas da área da saúde que respondem à crise da Covid-19. | <p>Acesso a serviços de saúde no contexto da crise de Covid-19</p> <p>Aumentar o financiamento da luta contra o Covid-19.</p> <p>Preservação do trabalho</p> <p>Evitar a perda de empregos no setor da saúde, financiando empresas de médio porte.</p> | <p>A definição desta categoria é clara.</p> <p>A população alvo está claramente definida.</p> <p>O objetivo social pretendido está claramente definido.</p> <p>O Emissor identificou benefícios sociais mensuráveis para a categoria elegível.</p> <p>Os benefícios esperados serão quantificados no relatório pós-emissão.</p> |

Contribuição aos ODS

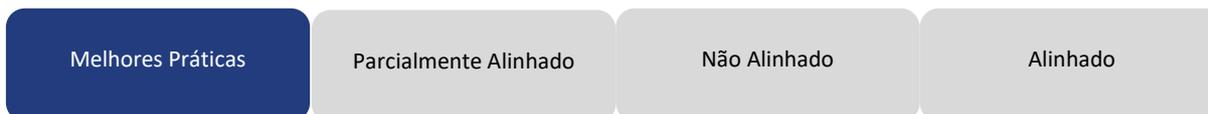
Se espera que as categorias elegíveis contribuirão para dois dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas ("ODS"), a saber: Objetivo 3. Boa saúde e bem-estar; Objetivo. 8 Trabalho decente e crescimento econômico.

| CATEGORIAS ELEGÍVEIS | ODS | OBJETIVO ODS |
|---|---|--|
| Empréstimos a empresas da área da saúde para responder à crise do Covid-19 |  | 3.8 - Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais para todos de forma segura, eficaz, de qualidade e a preços acessíveis. |
| <p>Empréstimos para empresas de médio porte em regiões menos desenvolvidas</p> <p>Empréstimos a empresas de médio porte impactados negativamente pela crise do Covid-19</p> <p>Empréstimos a empresas de médio porte que apóiam a geração de empregos</p> <p>Empréstimos a empresas da área da saúde para responder à crise do Covid-19</p> |  | 8.3 - Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, a criação de emprego digno, o empreendedorismo, a criatividade e a inovação e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive através do acesso aos serviços financeiros. |

MELHORES PRÁTICAS

- ⇒ Benefícios sociais: Os benefícios sociais são identificados, considerados relevantes e mensuráveis para todas as categorias elegíveis.
- ⇒ Parte do refinanciamento: O Emissor forneceu informações sobre a parcela de refinanciamento que não excederá 20%.
- ⇒ Período de retrospectiva: O Emissor comprometeu-se a que, em caso de refinanciamento, o período de retrospectiva será no máximo 6 meses a partir da data de emissão.

Avaliação e Seleção de Projetos



A governança e o processo de avaliação e seleção das categorias elegíveis estão oficializados na Estrutura do Título Social e em documentos de política interna.

- O **Processo de Avaliação e Seleção** foi claramente definido e detalhado pelo Emissor e será divulgado publicamente. Além disso, as funções e responsabilidades da avaliação, seleção e monitoramento do projeto estão claramente definidas e incluem especialistas internos com conhecimento relevante.
- Os **Critérios de Elegibilidade** para seleção de empréstimos, incluindo critérios de exclusão, são claramente definidos e detalhados para todas as categorias elegíveis (consulte o Apêndice 1).
- O Emissor relata que **monitorará continuamente a conformidade** das categorias selecionadas com os critérios de elegibilidade e exclusão especificados na Estrutura ao longo da vida do Título, assim como as controvérsias ASG associadas aos empréstimos, e forneceu detalhes sobre conteúdo, frequência e procedimentos adotados em caso de não conformidade. Além disso, o Emissor comunicou de forma transparente como irá garantir a rastreabilidade das decisões tomadas em relação à avaliação, seleção e monitoramento do projeto.
- As informações sobre o processo aplicado para identificar e gerenciar **riscos A&S** potencialmente relevantes associados às categorias elegíveis são divulgadas publicamente neste Parecer de Segunda Opinião.
- O compromisso e as medidas do Emissor relacionadas ao **gestão de riscos materiais A&S** combinam monitoramento, identificação e medidas corretivas. Os riscos materiais A&S são identificados para todas as categorias elegíveis.

Processo de Avaliação e Seleção

A avaliação e seleção de Empréstimos Elegíveis está baseada no processo de análise de crédito padrão do ABC Brasil, que abarca seis etapas: Originação, Pontuação, Aprovação de Crédito, Fechamento e desembolso, Monitoramento e Refinanciamento.

- Na **fase de Originação**, as equipes de Relacionamento com o Cliente e Inteligência de Mercado e Comercial são responsáveis por originar clientes em potência, garantindo que eles atendam a todos os critérios de elegibilidade, conforme descrito no Apêndice 1 e na estrutura de Títulos Sociais.
- Os clientes em potência que atendem a esses critérios passam por um **processo de pontuação de crédito** com base em dados comportamentais e financeiros.
- Após uma abordagem comercial inicial, uma proposta com esses clientes em potência é submetida a um **processo formal de aprovação de crédito**, que define um limite de crédito.
- Finalmente, um **empréstimo é desembolsado se a proposta for aprovada** e um **processo de monitoramento constante** é conduzido posteriormente para identificar alterações no comportamento do cliente e desencadear ações adicionais, dependendo da natureza e gravidade dos problemas levantados.
- Durante a crise do Covid-19 esse processo foi reforçado, foi criado um **Comitê de Refinanciamento** para avaliar e aprovar a seleção de categorias elegíveis para refinar empresas de médio porte afetadas pela pandemia.

Verificação e rastreabilidade

Verificação e rastreabilidade são garantidos internamente durante todo o processo:

- O Comitê de Crédito aprova cada empréstimo em um prazo de uma semana. A aprovação é registrada em cada apresentação de crédito, que contém todas as informações sobre a empresa ou projeto a ser financiado e está disponível na rede interna do Banco. Uma área de melhora seria dispor de um auditor externo independente para verificar anualmente a conformidade das Categorias Elegíveis com os critérios e processos de elegibilidade.

Seleção de Critérios de Elegibilidade

O processo baseia-se em critérios explícitos de elegibilidade, relevantes para os objetivos sociais definidos para as Categorias Elegíveis.

- A seleção é baseada nas categorias elegíveis definidas na seção Uso de Recursos da estrutura. Consulte o Apêndice 1 para consultar os critérios de seleção detalhados.

O departamento de *Back-Office* é responsável por garantir a continuidade e a rastreabilidade do processo de seleção e avaliação, incluindo o monitoramento contínuo da conformidade dos empréstimos selecionados com os critérios de elegibilidade e exclusão, durante toda a vida útil dos empréstimos.

O Departamento de Negócios é responsável por acompanhar e monitorar as informações e notícias dos clientes por meio de ferramentas de triagem de mídia e listas de acesso restritivas para identificar um possível aumento de riscos ambientais e sociais. Um monitoramento adicional é conduzido pelo Departamento de Conformidade para garantir que os clientes cumpram os convênios socioambientais.

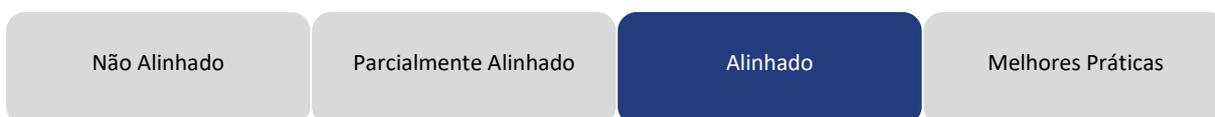
Transparência do Processo de Mitigação de Riscos Ambientais e Sociais

O processo de identificação e mitigação de riscos de A&S é divulgado publicamente no PSO e é considerado bom (consulte a análise detalhada na página 11).

MELHRES PRÁTICAS

- ⇒ Critérios de elegibilidade: Os critérios de elegibilidade e exclusão para seleção de ativos são claramente definidos e detalhados para todas as categorias elegíveis.
- ⇒ Verificação interna da conformidade contínua das categorias selecionadas com os critérios de elegibilidade e exclusão: O Emissor relata que monitorará a conformidade dos ativos selecionados com os critérios de elegibilidade e exclusão especificados na Estrutura ao longo da vida do instrumento e forneceu detalhes sobre o conteúdo e os procedimentos adotados em caso de não conformidade.
- ⇒ Monitoramento interno de possíveis controvérsias relacionadas aos empréstimos ao longo da vida do Título: O Emissor relata que monitorará possíveis controvérsias ASG associadas aos ativos ao longo da vida do instrumento e forneceu detalhes sobre a frequência, conteúdo e os procedimentos, caso seja encontrada uma controvérsia.

Gestão dos Recursos



As regras para a gestão dos recursos estão claramente definidas. Se considera a habilitação de um processo de designação documentado e transparente. Os recursos líquidos do Título serão depositados na conta de tesouraria geral do Banco ABC Brasil e o Emissor ajustará periodicamente o saldo do produto rastreado, para adequar a designação a empréstimos elegíveis de acordo com a Estrutura de Títulos Sociais do Emissor.

- **O processo de designação e gestão** de recursos está claramente definido e divulgado publicamente.
- **O período de designação** é de 24 meses ou inferior.
- Os recursos líquidos do Título serão colocados na tesouraria geral do Emissor e serão **adequadamente rastreados pelo mesmo e atestados em um processo interno formal**.
- As **informações sobre os tipos pretendidos de colocação temporária** para o saldo dos recursos líquidos não atribuídos serão publicamente divulgados.
- O Emissor comprometeu-se a que, enquanto o Título **estiver em circulação**, o saldo dos recursos líquidos rastreados serão ajustados periodicamente para corresponder às designações às categorias elegíveis feitas durante esse período.

- O Emissor forneceu informações sobre o procedimento a ser aplicado em caso de **desinvestimento, ou adiamento de ativos**, e comprometeu-se a realocar recursos desinvestidos para empréstimos que estejam em conformidade com a estrutura de títulos dentro de 24 meses.

Processo de Gestão

A equipe de Tesouraria e a equipe de Instituição Financeira serão responsáveis pela designação dos recursos líquidos para as categorias elegíveis.

- O Emissor compromete-se a alocar os recursos dentro de um período máximo de 24 meses a partir da data de emissão.
- A designação, ou redesignação pendente dos recursos líquidos, será depositada na conta de tesouraria do Banco, em forma de reserva de liquidez, que consiste em dinheiro e títulos de mercado de alta liquidez, incluindo títulos soberanos brasileiros e acordos de recompra reversa.
- Em caso de que os empréstimos não sejam mais elegíveis (adiamento ou substituição), o Banco ABC Brasil pretende substituir as categorias não elegíveis no prazo de 12 meses.

Rastreabilidade e Verificação

A rastreabilidade e a verificação do método de rastreamento e a designação dos recursos são garantidas durante todo o processo:

- A equipe de Tesouraria e a equipe de Instituição Financeira serão responsáveis por monitorar a designação dos recursos usando o sistema interno do Banco ABC Brasil.
- Além disso, um processo interno de rastreamento será estabelecido dentro do Comitê de Refinanciamento do Banco ABC Brasil para marcar os empréstimos elegíveis para refinanciamento, os quais serão rastreados e monitorados regularmente em uma Carteira de Empréstimos Elegíveis separada, para garantir que os riscos sejam administrados adequadamente.
- Uma vez por ano, a equipe de Tesouraria e a equipe de Instituição Financeira monitoram o valor e a composição da carteira de ativos do Título para contabilizar novos saques e/ou reembolsos de ativos e para monitorar o cumprimento do uso de políticas de recursos e políticas setoriais.

MELHORES PRÁTICAS

⇒ O Emissor forneceu informações sobre o procedimento a ser aplicado em caso de desinvestimento ou adiamento de projeto/ativo, e comprometeu-se a realocar recursos desinvestidos à projetos que estejam em conformidade com a estrutura de títulos em 12 meses.

Monitoramento & Comunicação



O processo de comunicação os compromissos parecem bons, cobrindo tanto a designação de fundos, quanto os benefícios sociais das Categorias Elegíveis.

- O Emissor **comprometeu-se a reportar anualmente até o vencimento do Títulos**. O relatório será divulgado apenas aos investidores-detentores de título e abrangerá informações relevantes relacionadas à designação dos recursos do Título e aos benefícios sustentáveis esperados das categorias. O Emissor também se comprometeu a informar sobre o desenvolvimento material relacionado às categorias, incluindo possíveis controvérsias ASG.
- O **processo e os responsáveis para comunicar** o Título estão claramente definidos e serão divulgados aos investidores.
- O Emissor apresentará relatório sobre a **designação de recursos e benefícios sociais** no nível de títulos e categoria elegível. Os indicadores selecionados pelo emissor para relatar a designação de recursos e os benefícios sociais

das categorias elegíveis são claros e relevantes. A **metodologia de comunicação e as premissas** usadas para informar benefícios sociais das categorias elegíveis serão divulgadas apenas aos investidores.

- **O rastreamento e a designação de recursos para as Categorias Elegíveis serão verificados apenas internamente** pelo Emissor. Uma área para melhorar seria comprometer-se a uma verificação externa do rastreamento e designação de fundos para as categorias qualificadas.
- **Os indicadores utilizados para comunicar os benefícios ambientais e sociais das categorias elegíveis serão verificados internamente** pelo Emissor. Uma área para melhorar seria comprometer-se com uma verificação externa dos indicadores usados para relatar os benefícios sociais das categorias elegíveis.

Processos para o controle, monitoramento & comunicação

Os processos de monitoramento, coleta de dados, consolidação, validação e comunicação são claramente definidos pelo Emissor, na estrutura e na documentação interna.

Os processos e os responsáveis para relatar os títulos sociais estão claramente definidos e detalhados na estrutura. O processo é estruturado e está baseado em experiência interna envolvendo relevantes setores do Emissor.

O Emissor comprometeu-se a que, no caso de utilizar metodologias e premissas específicas para calcular os benefícios das Categorias Elegíveis, estas serão divulgadas aos investidores nos relatórios anuais do Banco ABC Brasil.

As informações do relatório serão revisadas anualmente pelo BID Invest, até o vencimento total do empréstimo.

Indicadores

O Emissor comprometeu-se a comunicar de forma transparente no Nível da Categoria Elegível, sobre:

- **Designação de recursos:** O Emissor comprometeu-se a comunicar todas as informações relevantes sobre a designação de recursos (Consultar o Apêndice 2 para os indicadores detalhados de designação).

COMUNICAÇÃO DE INDICADORES

- ⇒ A lista de categorias elegíveis (re)financiadas, incluindo uma breve descrição
- ⇒ A quantia agregada de receitas líquidas (re)alocadas para categorias elegíveis
- ⇒ Proporção de financiamento versus refinanciamento (%)
- ⇒ O saldo dos recursos não alocadas

- **Benefícios sociais:** os indicadores selecionados pelo Emissor para relatar os benefícios sociais das categorias elegíveis são claros e relevantes. Identificamos as seguintes áreas de melhoria:
 - i. Medida do número total de PMEs que receberam um empréstimo pela primeira vez em regiões menos desenvolvidas, a fim de entender como o Emissor contribui para o objetivo de sustentabilidade no acesso a serviços financeiros.
 - ii. Medida do número total de PME que receberam financiamento.
 - iii. Medida do número total de empresas do setor de saúde que receberam financiamento.
 - iv. Compromisso de comunicar indicadores de impacto social

| CATEGORIAS ELEGÍVEIS | INDICADORES DE BENEFÍCIOS SOCIAIS |
|---|--|
| | RESULTADOS & CONCLUSÕES |
| Empréstimos para empresas de médio porte em regiões menos desenvolvidas | <ul style="list-style-type: none"> • Número de funcionários em regiões menos desenvolvidas durante a aprovação do empréstimo. • Número de funcionários em regiões menos desenvolvidas no relatório de comunicação. • Número de funcionários em empresas de médio porte nas regiões norte, nordeste ou centro-oeste durante a aprovação do empréstimo. • Número de funcionários em empresas de médio porte nas regiões norte, nordeste ou centro-oeste no relatório de comunicação. |
| Empréstimos a empresas de médio porte impactados negativamente pela crise da Covid-19 | <ul style="list-style-type: none"> • Número de funcionários em empresas com dificuldades financeiras durante a aprovação do empréstimo. • Número de funcionários em empresas com dificuldades financeiras no relatório de comunicação. • Número de funcionários em empresas de médio porte impactadas negativamente pela crise do Covid-19 durante a aprovação do empréstimo. • Número de funcionários em empresas de médio porte impactadas negativamente pela crise do Covid-19 no relatório de comunicação. |
| Empréstimos a empresas de médio porte que promovem a geração de empregos | <ul style="list-style-type: none"> • Número de funcionários em empresas financiadas durante a aprovação do empréstimo. • Número de funcionários em empresas financiadas no relatório de comunicação. • Número de funcionários em empresas de médio porte que dão suporte à geração de emprego durante a aprovação do empréstimo. • Número de funcionários em empresas de médio porte que dão suporte à geração de empregos no relatório de comunicação. |
| Empréstimos a empresas da área da saúde para responder à crise do Covid-19 | <ul style="list-style-type: none"> • Número de funcionários em empresas do setor de saúde financiadas, durante a aprovação do empréstimo. • Número de funcionários em empresas do setor de saúde financiadas, no relatório de comunicação. • Número de funcionários de empresas do setor de saúde que responderam à crise do Covid-19, durante a aprovação do empréstimo. • Número de funcionários em empresas do setor de saúde que responderam à crise do Covid-19, no relatório de comunicação. |

MELHORES PRÁTICAS

⇒ Comunicação de Indicadores: O Emissor comprometeu-se a se comunicar de forma transparente sobre a designação de recursos e benefícios sociais no nível da categoria elegível, o que é relevante para avaliar o desempenho social alcançado.

Contribuição para a sustentabilidade

Se espera que a potencial contribuição das categorias elegíveis para os objetivos sociais seja Bom.

Impactos Esperados

Se espera que o impacto positivo das categorias elegíveis nos objetivos sociais seja Bom.

| CATEGORIAS ELEGÍVEIS | NÍVEL DE IMPACTO ESPERADO |
|--|---------------------------|
| Loans to midsize enterprises in less developed regions | AVANÇADO |
| Empréstimos para empresas de médio porte em regiões menos desenvolvidas | BOM |
| Empréstimos a empresas de médio porte que promovem a geração de empregos | BOM |
| Empréstimos a empresas da área da saúde para responder à crise do Covid-19 | BOM |
| IMPACTO GERAL | BOM |

Relevância dos sistemas de identificação e gestão de riscos ASG em vigor no nível do projeto

Riscos ASG, Materialidade e Gestão

A identificação e o gestão dos riscos ambientais e sociais associados às Categorias Elegíveis são considerados Bons para todos os riscos materiais. O Banco ABC Brasil possui um Manual formal de Riscos Ambientais e Sociais, em conformidade com os Princípios do Equador, que descrevem o processo de *due diligence* para identificar e gerenciar os riscos ASG.

| | CATEGORIAS ELEGÍVEIS | | | |
|---|---|---|--|--|
| | Empréstimos para empresas de médio porte em regiões menos desenvolvidas | Empréstimos a empresas de médio porte impactados negativamente pela crise da Covid-19 | Empréstimos a empresas de médio porte que promovem a geração de empregos | Empréstimos a empresas da área da saúde para responder à crise do Covid-19 |
| Avaliação do desempenho ambiental das PME requerentes | X | X | X | X |
| Avaliação do desempenho social das PME requerentes | X | X | X | X |
| Não-discriminação (acesso ao financiamento disponível para todos) | X | X | X | X |
| Prevenção de superendividamento de clientes | X | X | X | X |
| Mecanismos & sistemas para lidar com disputas/litígios | X | X | X | X |
| Ética nos negócios e controles de Governança | X | X | X | X |
| Avaliação Global | Bom | Bom | Bom | Bom |

A estrutura de identificação e gestão de riscos ASG do Emissor é a seguinte:

- O Departamento de Negócios é a primeira área responsável por identificar potenciais riscos socioambientais associados aos empréstimos elegíveis, e por informar os clientes sobre a política de A&S do Banco. Durante a fase do processo de Originação, o Departamento de Negócios realiza uma triagem inicial para conhecer o cliente, a qual exige que os clientes preencham um questionário, em linha com a política A&S do Banco, cobrindo: Estratégia e gestão ASG do cliente; direitos humanos, de saúde e trabalhistas; relatórios e certificações ambientais; listas ambientais e sociais restritivas; áreas contaminadas ou embargadas, como também informações sobre ações legais e multas. Para indústrias ou produtos específicos, a avaliação é expandida para incluir a *due diligence* relacionada ao setor. Além disso, o Departamento de Negócios é responsável por monitorar as informações e as notícias dos clientes por meio de ferramentas de triagem de mídia e listas de acesso restritivas para identificar o potencial aumento de riscos ambientais e sociais. Para assegurar que os clientes cumpram os requisitos socioambientais, o Departamento de *Compliance* realiza um monitoramento adicional por meio de pesquisa interna, coletando informações sobre: notícias que desacreditam os clientes usando palavras-chave em um sistema específico; clientes listados no Registro de Empregadores que possuem links para escravidão ou condições de trabalho forçado; e a lista de embargos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Essas informações são consolidadas e encaminhadas ao Departamento de Análise de Crédito, responsável por integrar essas informações na análise e pela avaliação da análise de riscos socioambientais. Um relatório socioambiental do cliente e uma classificação socioambiental são gerados a partir da avaliação de risco socioambiental usada pelo Comitê de Crédito para decidir se a proposta do cliente deve ser aprovada. A avaliação de riscos ambientais e sociais do cliente no processo de concessão de crédito corporativo de médio, grande e grande porte está classificada em: Alto risco socioambiental (A); Risco Socioambiental Médio (B); e Baixo risco socioambiental (C). Os casos de *Alto risco* devem ser aprovados pelo Comitê de Crédito e informações adicionais podem ser solicitadas ao cliente para proporcionar clareza.
- Quanto aos riscos de **não discriminação** no acesso ao financiamento, o Banco ABC Brasil reporta a concessão de financiamento a todos os potenciais clientes independentemente de sua origem, desde que o cliente se enquadre no segmento de atividade do Banco, atenda a todos os critérios de crédito, e a oferta do Banco seja adequada e apropriada às necessidades dos clientes.
- A identificação e o gestão dos riscos relacionados ao **superendividamento** estão incluídos nas avaliações de crédito realizadas aos clientes e são reguladas pelas políticas do Emissor em termos de concessão de créditos. O processo de crédito inclui *due diligence*, a adequação do produto e uma avaliação abrangente do perfil de crédito dos clientes. O anterior, em fim de ajudar a adaptar a proposta de valor ao que é adequado ao cliente. Além disso, a Área de Monitoramento de Crédito do Banco é responsável pelo monitoramento constante do crédito dos clientes após aprovações de crédito, o que permite ao Banco identificar riscos potenciais de superendividamento. Nesses casos, o Banco pode negociar, caso a caso, condições diferentes com os clientes para garantir sua capacidade de pagamento.
- Para enfrentar os riscos relacionados a **disputas ou litígios com os clientes**, os modelos de contato do Banco possuem disposições específicas para resolução de disputas, em conformidade com os requisitos regulatórios e de mercado.
- Em relação à **Ética e Governança dos negócios**, o Banco ABC Brasil possui um Guia de Governança para PMEs, usado para controles internos e melhores práticas para o processo de conhecer o cliente. Além disso, existe uma área de combate à lavagem de dinheiro para analisar e pesquisar o envolvimento de clientes em ações judiciais, arquivos de corrupção, interesses conflitantes, etc. Um risco baixo, médio ou alto é definido no cliente com base nas informações coletadas. Informações adicionais podem ser solicitadas ao cliente e casos de alto risco devem ser aprovados pelo Comitê de Crédito.
- Em relação ao **monitoramento e gestão de controvérsias**, o Departamento Jurídico é responsável por gerenciar possíveis controvérsias socioambientais, analisando e avaliando sua materialidade, dependendo do nível de gravidade do problema. Uma controvérsia é considerada altamente relevante nos casos em que há decisões legais relacionadas a violações de convênios nas listas de exclusão (consulte o Apêndice 1). Se a controvérsia estiver vinculada a informações desfavoráveis encontradas durante o processo de monitoramento do Banco, as equipes Comerciais se envolverão diretamente com o cliente e reverterão para os departamentos Jurídico ou de Risco. A área de Risco Socioambiental também pode se envolver na avaliação de controvérsias com a assistência do

Departamento Jurídico, incorporando obrigações de contratos socioambientais a serem cumpridas pelo cliente, a fim de mitigar o risco socioambiental do banco em suas relações com seus *stakeholders*. Além disso, o Banco ABC Brasil informa que os empréstimos que não são mais elegíveis de acordo com os critérios da estrutura serão substituídos.

PARTE 2: EMISSOR

O Banco ABC Brasil é um banco comercial especializado em empréstimos e serviços para empresas de médio e grande porte. A principal atividade do Banco é intermediação financeira para transações envolvendo análise e assunção de riscos de crédito. O Banco ABC Brasil foi fundado em 1989 e está sediado em São Paulo, Brasil.

Gestão de Controvérsias ASG

Até a data de publicação, a revisão realizada por Vigeo Eiris não evidenciou nenhuma controvérsia ASG contra o Banco ABC Brasil nos últimos três anos.

Envolvimento em atividades controversas

Até a data de publicação e de acordo com nossa metodologia, o Emissor não está envolvido em nenhuma das 17 atividades controversas analisadas: Álcool, Bem estar animal, Cannabis, Produtos químicos de interesse, Armas de fogo civis, Indústria de combustíveis fósseis, Carvão, Jogos de azar, Engenharia genética, Empréstimos com altas taxas de juros, Células-tronco embrionárias humanas, Militar, Energia nuclear, Pornografia, Medicina reprodutiva, Areias de alcatrão e xisto de petróleo e Tabaco.

A pesquisa de atividades controversas entrega um rastreio para as empresas identificarem envolvimento em atividades comerciais sujeitas a crenças filosóficas ou morais. As informações não sugerem qualquer aprovação ou desaprovação em seu conteúdo por Vigeo Eiris.

PARTE 3: COERÊNCIA

| |
|-----------------------|
| Coerente |
| Parcialmente coerente |
| Não coerente |

Consideramos que o Título contemplado é coerente com as prioridades estratégicas de sustentabilidade do Banco ABC Brasil, e com respectivas questões setoriais, e contribui para o cumprimento dos compromissos de sustentabilidade do Emissor.

O setor financeiro desempenha um papel fundamental na promoção de instrumentos e mecanismos financeiros inovadores que direcionem efetivamente novos financiamentos para iniciativas que contribuam para o desenvolvimento sustentável. Isso vem a ser particularmente importante na América Latina, onde as fontes de financiamento público não são suficientes para financiar o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, estimados entre 3,3 e 4,5 trilhões de dólares por ano nos países menos desenvolvidos¹.

O setor financeiro também contribui para promover o crescimento inclusivo e sustentável, apoiando tanto pequenas e médias empresas (PMEs), como também grandes empresas, as que por sua vez, contribuem para as economias nacionais gerando emprego e promovendo a industrialização e a inovação sustentável.

Os principais desafios para o setor financeiro incluem o desenvolvimento de produtos e serviços financeiros social e ambientalmente responsáveis e a promoção do desenvolvimento econômico e social local.

O Banco ABC Brasil possui uma Política Ambiental e Social (A&S) formalizada e baseada na legislação brasileira², a qual estabelece diretrizes e padrões para instituições financeiras na elaboração e implementação de políticas socioambientais. Alinhado a essa política, o Banco ABC Brasil adota uma abordagem holística para promover a responsabilidade ambiental e social como organização, além de integrá-la como parte de suas operações, como apoiando empresas, ONGs e instituindo empréstimos de responsabilidade social e iniciativas de prática voluntária³.

Além disso, a fim de promover o desenvolvimento do país, o Banco proporciona financiamento para diferentes setores produtivos nas regiões do Brasil. Em particular, nas linhas de negócios do Banco ABC no Brasil e na estratégia da empresa, o Banco disponibiliza acesso a financiamento para PMEs e empresas da área da saúde por meio de empréstimos.

Com a emissão desse Título Social, a empresa busca expandir seu portfólio nos segmentos de PMEs e empresas de saúde, contribuindo, ao mesmo tempo, para aliviar os desafios socioeconômicos, visando principalmente empresas que foram impactadas negativamente pelo Covid-19.

Ao criar uma estrutura para emitir um Título Social destinado a financiar e refinarar PMEs e empresas do setor de saúde afetadas pela pandemia, o Banco ABC Brasil responde de forma coerente à sua missão e alinha-se às principais questões de seu setor em termos de responsabilidade social.

¹ ECLAC (2017) - A ascensão dos Títulos Verdes: Financiamento para o desenvolvimento na América Latina e no Caribe https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/42230/1/S1700985_en.pdf

² Resolução do Banco Central do Brasil 4327/14 and Febraban SARB Framework Nº 14/14 (Self-Regulation)

³ Banco ABC Brasil website: <https://www.abcbrasil.com.br/en/social-responsibility/>

ALCANCE

Vigeo Eiris foi contratada para entregar uma opinião independente sobre as credenciais e a gestão de sustentabilidade do Título Social⁴ a ser emitido pelo Banco ABC Brasil, em conformidade com o a Estrutura do Título Social (a "Estrutura") criada pelo emissor para reger suas emissões.

A nossa opinião é fundada de acordo com a metodologia de avaliação exclusiva de Vigeo Eiris em termo Ambiental, Social e Governança ("ASG"), e com as diretrizes voluntárias do ICMA dos Princípios para Títulos Sociais, editadas em 2020.

opinião é edificada pela revisão dos seguintes componentes:

1. Emissor: avaliamos a gestão do emissor em relação às controvérsias associadas aos temas ASG e as partes interessadas e seu envolvimento em atividades controversas⁵.
2. Emissões: avaliamos a Estrutura, incluindo a coerência entre a Estrutura e os compromissos sociais do Emissor, a potencial contribuição do Título para a sustentabilidade e seu alinhamento com os quatro componentes principais dos Princípios para Títulos Sociais 2020.

Nossas fontes de informação são multicanais, combinando dados de (i) informações públicas coletadas de fontes públicas, provedores de conteúdo de imprensa e partes interessadas, (ii) informações do banco de dados de classificação ASG exclusivo de Vigeo Eiris e (iii) informações fornecidas pelo emissor através de documentos e entrevistas realizadas com os gerentes do emissor, realizadas por meio de um sistema de telecomunicações.

Realizamos nossa avaliação de *due diligence* de 16 de junho de 2020 a 22 de julho de 2020. Consideramos que tivemos acesso a todos os documentos e entrevistados apropriados que solicitamos. Consideramos, também, que as informações disponibilizadas nos permitem estabelecer nossa opinião com um nível aceitável de garantia sobre sua integridade, precisão e confiabilidade.

⁴ Os "Títulos Sociais" devem ser considerados como os Títulos a serem potencialmente emitidos, sujeitos à discrição do Emissor. O nome "Título Social" foi decidido pelo emissor: Não implica qualquer opinião da Vigeo Eiris.

⁵ As 17 atividades controversas exibidas pela Vigeo Eiris são: álcool, bem-estar animal, cannabis, produtos químicos preocupantes, armas de fogo civis, indústria de combustíveis fósseis, carvão, jogos de azar, engenharia genética, empréstimos com altas taxas de juros, células-tronco embrionárias humanas, militares, energia nuclear, Pornografia, Medicina reprodutiva, Areias de alcatrão e xisto betuminoso e Tabaco..

APÊNDICE 1 – CATEGORIAS ELEGÍVEIS

| QUADRO DO CLIENTE | | |
|---|---|--|
| CATEGORIAS ELEGÍVEIS | CRITÉRIOS DE DEFINIÇÃO E ELEGIBILIDADE | OBJETIVOS E BENEFÍCIOS |
| Empréstimos para empresas de médio porte em regiões menos desenvolvidas | Empresas de médio porte com faturamento anual total entre R\$ 30 milhões e R\$ 250 milhões, localizadas nas regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste do Brasil | Geração de emprego Promover o crescimento econômico das PMEs nas regiões menos desenvolvidas do Brasil e reduzir as desigualdades regionais. |
| Empréstimos a empresas de médio porte impactados negativamente pela crise da Covid-19 | Empresas de médio porte com faturamento anual total entre R\$ 30 milhões e R\$ 250 milhões, em dificuldades financeiras devido à crise Covid-19 | Conservação do trabalho Prevenir a perda de empregos e promover a conservação do emprego nas PME afetadas pela crise do Covid-19. |
| Empréstimos a empresas de médio porte que promovem a geração de empregos | Empresas de médio porte com faturamento anual total entre R\$ 30 milhões e R\$ 250 milhões com planos de expansão | Geração de emprego Criação de empregos no segmento intermediário do Brasil, financiando empresas de médio porte. |
| Empréstimos a empresas da área da saúde para responder à crise do Covid-19 | Empresas do setor de saúde (ou seja, distribuidores de medicamentos; hospitais e clínicas ou indústria farmacêutica) que já receberam um empréstimo do ABC e, também, novas empresas. | Acesso a serviços de saúde no contexto da crise de Covid-19 Aumentar o financiamento da luta contra o Covid-19. Geração de emprego Criar empregos no setor da saúde, financiando empresas de médio porte. |

Além disso, os critérios de exclusão aplicam:

- As empresas devem estar em conformidade com a lei local.
- As empresas devem estar em conformidade com a lista de exclusão do Banco ABC Brasil, descritas no Apêndice I da Estrutura de Títulos Sociais e incorporada à Política A&S, que exclui: produção ou venda de produtos ou atividades, consideradas ilegais ou proibidas no Brasil e internacionalmente; produção ou atividades que envolvam formas de trabalho prejudiciais ou exploradoras, incluindo trabalho infantil, e comércio de animais/plantas ameaçados de extinção; pesca predatória; jogos de azar; exploração sexual; depredação do patrimônio cultural ou ambiental.
- As empresas devem estar em conformidade com a lista de exclusão do BID *Invest*, descrita no Apêndice II da Estrutura de Títulos Sociais, a qual exclui as empresas de financiamento envolvidas na produção, comércio ou uso de produtos, substâncias ou atividades: ilegais de acordo com as leis e regulamentos do país anfitrião convenções e acordos internacionais ratificados; armas e munições; tabaco; jogos de azar, cassinos e empresas equivalentes;

vida selvagem ou produtos de vida selvagem regulamentados pela Convenção sobre Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas de Fauna e Flora Selvagens (CITES); Materiais radioativos; fibras de amianto não ligadas; projetos ou operações florestais que não sejam consistentes com a Política de Conformidade Ambiental e de Salvaguardas do Banco; compostos de bifenilo policlorados (PCB); produtos farmacêuticos sujeitos a bloqueios ou proibições internacionais; pesticidas/herbicidas sujeitos a bloqueios ou proibições internacionais.

APÊNDICE 2 – INDICADORES DE DESIGNAÇÃO DE RECURSOS

| CATEGORIAS ELEGÍVEIS | INDICADORES DE RESULTADOS & CONCLUSÕES |
|--|--|
| Empréstimos para empresas de médio porte em regiões menos desenvolvidas | <ul style="list-style-type: none"> • Valor dos recursos destinados às categorias elegíveis nas regiões menos desenvolvidas. • Valor dos recursos destinados a empresas de médio porte nas regiões norte, nordeste ou centro-oeste. • Porcentagem dos recursos destinados a refinarciar ativos elegíveis em regiões menos desenvolvidas. • Porcentagem dos recursos destinados a refinarciar empresas de médio porte nas regiões norte, nordeste ou centro-oeste. |
| Empréstimos para empresas de médio porte em regiões menos desenvolvidas | <ul style="list-style-type: none"> • Valor dos recursos destinados aos ativos elegíveis nas empresas em dificuldades financeiras. • Valor dos recursos destinados às empresas de médio porte impactadas negativamente pela crise da Covid-19. • Porcentagem dos recursos destinados a refinarciar ativos elegíveis em empresas com dificuldades financeiras. • Porcentagem dos recursos destinados a refinarciar empresas de médio porte impactadas negativamente pela crise de Covid-19. |
| Empréstimos a empresas de médio porte que promovem a geração de empregos | <ul style="list-style-type: none"> • Valor dos recursos destinados às empresas de médio porte elegíveis financiadas. • Valor dos recursos destinados às empresas de médio porte que promovem a geração de empregos por meio de investimentos dos quais se espera a geração de, pelo menos, um emprego. • Porcentagem dos recursos destinados a refinarciar empresas de médio porte elegíveis financiadas. • Porcentagem dos recursos destinados a refinarciar empresas de médio porte que promovem a geração de empregos por meio de investimentos dos quais se espera a geração de, pelo menos, um emprego. |
| Empréstimos a empresas da área da saúde para responder à crise do Covid-19 | <ul style="list-style-type: none"> • Valor dos recursos destinados às empresas da área da saúde. • Valor dos recursos destinados às empresas da área da saúde para responder à crise do Covid-19. • Porcentagem dos recursos destinados a refinarciar empresas da área da saúde. • Porcentagem dos recursos destinados a refinarciar da área da saúde para responder à crise do Covid-19. |

METODOLOGIA

Na visão da Vigeo Eiris, os fatores Ambientais, Sociais e de Governança (ASG) são interligados e complementares. Como tal, não podem ser separados na avaliação da gestão ASG em qualquer organização, atividade ou transação. Nesse sentido, Vigeo Eiris entrega uma opinião sobre o desempenho ASG do Emissor como organização, e sobre os processos e compromissos aplicáveis à emissão pretendida.

A metodologia da Vigeo Eiris para definir e avaliar o desempenho ASG corporativo é baseada em critérios alinhados com padrões internacionais públicos, em conformidade com as diretrizes da ISO 26000, e organizada em 6 domínios: Meio Ambiente, Recursos Humanos, Direitos Humanos, Comunidades, Comportamento Empresarial e Governança. Nossa estrutura de avaliação das questões materiais ASG foi adaptada com base nas especificidades da atividade comercial do Emissor.

Nossos procedimentos de pesquisa e avaliação estão sujeitos ao controle de qualidade interno em três níveis (analistas, chefes de grupos setoriais, revisão interna pelo departamento de auditoria para opiniões de segunda parte) complementados por uma revisão final e validação pela Diretoria de Métodos. Nossos Pareceres de Segunda Opinião também estão sujeitos a controle interno de qualidade em três níveis (consultores encarregados da missão, Gerente de Projeto, Revisor da Qualidade) e uma revisão e validação final pelo Diretor de Métodos e pelo Diretor de Emissões ou pelo Consultor Sênior de Finanças Sustentáveis. Um direito de reclamação e recurso é garantido a todas as empresas sob nossa análise, incluindo três níveis: primeiro, a equipe ligada à empresa, depois a Diretoria de Métodos e, finalmente, o Conselho Científico da Vigeo Eiris.

Todos os colaboradores são signatários do Código de Ética de Vigeo Eiris e, também, todos os consultores assinaram o complemento que cobre regras financeiras de confidencialidade.

PARTE 1. EMISSÃO

Alinhamento com os Princípios para Títulos Verdes e/ou Sociais

Escala de avaliação: Não Alinhado, Parcialmente Alinhado, Alinhado, Melhores Práticas

A Estrutura foi avaliada por Vigeo Eiris de acordo com os Princípios para Títulos Verdes da ICMA - junho de 2018 e/ou os Princípios para Títulos Sociais - junho de 2020 e/ou os Princípios de Empréstimo Verde da Associação de Mercado de Empréstimos - Maio de 2020, a proposta da TEG para o padrão para Títulos Verdes e nossa metodologia, baseada em padrões internacionais e diretrizes setoriais aplicáveis em termos de gestão e avaliação ASG.

Uso dos recursos

A definição dos Projetos Elegíveis e seus objetivos e benefícios sustentáveis são um elemento central dos padrões de Empréstimos Verdes/Sociais/Sustentáveis. Vigeo Eiris avalia a clareza da definição das Categorias Elegíveis, assim como a definição e a relevância dos objetivos primários de sustentabilidade. Avaliamos, também, as descrições dos benefícios esperados em termos de relevância, mensurabilidade e quantificação. Além disso, mapeamos a potencial contribuição de projetos elegíveis para as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

Processo de avaliação e seleção

O processo de avaliação e seleção foi avaliado por Vigeo Eiris quanto à sua transparência, governança e relevância. Os critérios de elegibilidade foram avaliados quanto à sua clareza, relevância e cobertura versus os objetivos pretendidos dos Projetos Elegíveis.

Gestão de recursos

O processo, e as regras, para a gestão e a designação dos recursos foram avaliados por Vigeo Eiris quanto à sua transparência, rastreabilidade e verificação

Comunicação

O processo de monitoramento e comunicação e os compromissos definidos pelo Emissor foram avaliados pela Vigeo Eiris quanto à sua transparência, exaustividade e relevância, cobrindo a comunicação da designação de recursos e benefícios sustentáveis (produção, indicadores de impacto).

Contribuição para a sustentabilidade

Escala de avaliação: Fraco, Limitado, Bom, Avançado

Para Vigeo Eiris, o potencial impacto positivo de uma atividade nos objetivos ambientais e/ou sociais não pode ser dissociado da gestão dos possíveis impactos negativos e externalidades associadas. A nossa avaliação dos impactos positivos esperados e da identificação e gestão dos riscos ASG é, portanto, consolidada na contribuição geral da atividade para a sustentabilidade.

Impacto positivo esperado das atividades nos objetivos ambientais e/ou sociais

Esta seção avalia o impacto positivo potencial/esperado das atividades a serem financiadas pelo Emissor ou Devedor nos objetivos ambientais e/ou sociais.

O impacto positivo esperado das atividades nos objetivos ambientais é avaliado com base em:

- i) a relevância do objetivo ambiental considerado para o setor da atividade e do local/contexto;
- ii) o alcance do impacto esperado (cadeia de valor, *stakeholders* locais e globais);
- iii) a magnitude e duração do impacto potencial da atividade proposta sobre os objetivos ambientais (capacidade não apenas de reduzir, mas de prevenir/evitar impactos negativos);
- iv) até que ponto a atividade está adotando a melhor opção disponível.

O impacto positivo esperado das atividades nos objetivos sociais é avaliado com base em:

- i) a relevância do objetivo social considerado (necessidade social) a nível local/país;
- ii) até que ponto a atividade é direcionada a uma população necessitada;
- iii) a magnitude e duração do impacto potencial da atividade proposta sobre os objetivos sociais (capacidade de proporcionar uma melhoria estrutural/de longo prazo para a questão social em questão).

Gestão dos riscos ASG do Projeto

A identificação e gestão dos potenciais riscos ASG associados aos projetos/atividades elegíveis são analisados com base na metodologia de avaliação ASG de Vigeo Eiris, nos padrões internacionais e nas diretrizes setoriais aplicáveis em termos de gestão e identificação e riscos ASG.

PARTE 2. EMISSOR

Gestão de controvérsias associadas aos temas ASG e as partes interessadas

Uma controvérsia é informação, fluxo de informações ou uma opinião contraditória que é pública, documentada e rastreável. Uma alegação contra um emissor por questões de responsabilidade corporativa. Tais alegações podem estar relacionadas a fatos tangíveis, ser uma interpretação desses fatos ou constituir uma alegação baseada em fatos não comprovados.

Vigeo Eiris analisou as informações fornecidas pelo Emissor, fornecedores de conteúdo de imprensa e partes interessadas (parceria com a Factiva Dow Jones: acesso ao conteúdo de 28.500 publicações em todo o mundo, desde jornais financeiros de referência a revistas focadas no setor, publicações locais ou organizações não-governamentais). As informações coletadas dessas fontes são consideradas desde que sejam públicas, documentadas e rastreáveis.

Vigeo Eiris entrega uma opinião sobre a mitigação de riscos das controvérsias das empresas com base na análise de três fatores:

- **Frequência:** reflete para cada desafio ASG o número de controvérsias enfrentadas. No nível corporativo, esse fator reflete no número total de controvérsias enfrentadas e o âmbito das questões ASG impactadas (escala: Isolada, Ocasional, Frequente, Persistente).
- **Severidade:** quanto mais uma controvérsia estiver relacionada aos interesses fundamentais das partes interessadas, provada a responsabilidade corporativa real em sua ocorrência, e tenha causado impactos adversos para as partes interessadas e para a empresa, maior será sua gravidade. A gravidade atribuída no nível corporativo refletirá a maior severidade de todos os casos enfrentados pela empresa (escala: Baixa, Significativa, Alta, Crítica).
- **Capacidade de resposta:** capacidade demonstrada por um Emissor para dialogar com suas partes interessadas em uma perspectiva de gestão de risco, e baseada em medidas explicativas, preventivas, remediadoras ou corretivas. No nível corporativo, esse fator refletirá a capacidade de resposta geral da empresa para todos os casos enfrentados (escala: Proativa, Remediativa, Reativa, Não Comunicativa).

O impacto de uma controvérsia na reputação de uma empresa diminui com o tempo, dependendo da gravidade do evento e da capacidade de resposta da empresa a esse evento. Convencionalmente, o banco de dados de controvérsias da Vigeo Eiris cobre qualquer controvérsia com severidade Baixa ou Significativa durante 24 meses após o último evento registrado e durante 48 meses para controvérsias Altas e Críticas.

Envolvimento em atividades controversas

17 atividades controversas foram analisadas seguindo 30 parâmetros para verificar se a empresa está envolvida em algum deles. O nível de envolvimento da empresa (Grande, Pequeno, Nenhum) em uma atividade controversa é baseado em:

- Uma estimativa das receitas derivadas de produtos ou serviços controversos.
- A natureza precisa dos produtos ou serviços controversos fornecidos.

PARTE 3. COERÊNCIA

Esta seção analisa se a atividade a ser financiada por meio do instrumento selecionado é coerente com as prioridades e a estratégia de sustentabilidade do Emissor e se responde às principais questões de sustentabilidade do setor em que o Emissor opera.

Escala de avaliação: não coerente, parcialmente coerente, coerente

ESCALAS DE AVALIAÇÃO DO VIGEO EIRIS

| Escala de avaliação do desempenho ou estratégia ASG do Emissor e da Contribuição do instrumento financeiro para a sustentabilidade | | Escala de avaliação do alinhamento do instrumento financeiro com os Princípios para Títulos Verdes e/ou Sociais e com os Princípios de Empréstimo | |
|--|---|---|---|
| Avançado | Compromisso avançado; forte evidência de domínio sobre as questões dedicadas à atingir os objetivos de sustentabilidade. Nível razoável de gestão de riscos e uso de métodos inovadores para antecipar riscos emergentes. | Melhores Práticas | As práticas do Instrumento vão além das práticas básicas dos Princípios para Títulos Verdes e/ou Sociais da ICMA e dos Princípios de Empréstimo da Associação de Mercado de Empréstimos, adotando as melhores práticas recomendadas entre outras. |
| Bom | Compromisso convincente; evidência significativa e consistente de domínio sobre os problemas. Nível razoável de gestão de riscos. | Alinhado | O Instrumento adotou todas as práticas principais dos Princípios para Títulos Verdes e/ou Sociais da ICMA e dos Princípios de Empréstimo da Associação de Mercado de Empréstimos. |
| Limitado | O compromisso para com o objetivo de sustentabilidade foi iniciado ou parcialmente alcançado; evidência fragmentada de domínio sobre as questões. Um nível limitado a fraco de gestão de riscos. | Parcialmente Alinhado | O Instrumento adotou a maioria das principais práticas dos Princípios para Títulos Verdes e/ou Sociais da ICMA e dos Princípios de Empréstimo da Associação de Mercado de Empréstimos. |

DISCLAIMER

Transparência na relação entre Vigeo Eiris e o Emissor: Vigeo Eiris não realizou nenhuma missão de auditoria ou atividade de consultoria para o Banco ABC Brasil. Não existe relação estabelecido (financeira ou comercial) entre a Vigeo Eiris e o Emissor.

Esta opinião tem como objetivo entregar uma opinião independente sobre as credenciais de sustentabilidade e gestão do Título, baseada nas informações que foram disponibilizadas à Vigeo Eiris. Vigeo Eiris não entrevistou as partes interessadas do Emissor, nem realizou uma auditoria in situ ou outro teste para verificar a precisão das informações fornecidas pelo Emissor. A precisão, integridade e confiabilidade das informações coletadas são de responsabilidade do Emissor. O Emissor é totalmente responsável por certificar o cumprimento de seus compromissos definidos em suas políticas, sua implementação e o monitoramento. O parecer emitido por Vigeo Eiris não se concentra no desempenho financeiro do Título, nem na destinação efetiva de seus ganhos. Vigeo Eiris não é responsável pelas consequências induzidas quando terceiros usam essa opinião para tomar decisões de investimento ou realizar qualquer tipo de transação comercial.

Restrição de distribuição e uso desta opinião: Os produtos a serem entregues continuam sendo propriedade de Vigeo Eiris. O rascunho do Parecer de Segunda Opinião de Vigeo Eiris é apenas para fins informativos e não deve ser divulgado publicamente pelo cliente. Vigeo Eiris concede ao Emissor/Devedor todos os direitos para usar a versão final do Parecer de Segunda Opinião entregue para uso externo por qualquer meio que o Emissor/Devedor determine dentro de um perímetro global. O Emissor/Devedor tem o direito de comunicar externamente somente o Parecer de Segunda Opinião sem qualquer modificação, ou seja, sem fazer uma seleção, retirar ou adicionar, sem alterá-la de qualquer forma, seja em substância ou no formato e só deverá ser usado dentro da estrutura da(s) emissão(ões) de Títulos em questão. O Emissor/Devedor reconhece e concorda que a Vigeo Eiris se reserva o direito de publicar a versão final da Opinião de Segunda Parte no site de Vigeo Eiris e nos documentos de suporte de comunicação interna e externa da Vigeo Eiris.

© 2020 Vigeo SAS e/ou seus licenciadores e subsidiárias (coletivamente, "Vigeo Eiris"). Todos os direitos reservados.

Vigeo Eiris proporciona a seus clientes dados, informações, pesquisas, análises, relatórios, pontuações baseadas em modelos quantitativos, avaliações e/ou outras opiniões (coletivamente, "Investigação") sobre atributos e/ou desempenho ambiental, social e de governança ("ASG") de emissores individuais ou com relação a setores, atividades, regiões, partes interessadas, estados ou questões específicas.

A INVESTIGAÇÃO DE VIGEO EIRIS NÃO ABARCA FATORES E/OU RISCOS NÃO AGS, INCLUINDO, MAS NÃO LIMITANDO-SE A: RISCO DE CRÉDITO, RISCO DE LIQUIDEZ, RISCO DE VALOR DE MERCADO OU VOLATILIDADE DE PREÇO. A INVESTIGAÇÃO DE VIGEO EIRIS NÃO CONSTITUI DECLARAÇÕES DE FATO ATUAL OU HISTÓRICO. A INVESTIGAÇÃO DE VIGEO EIRIS: (i) NÃO CONSTITUI OU PROPORCIONA CLASSIFICAÇÕES DE CRÉDITO OU INVESTIMENTOS OU CONSELHOS FINANCEIROS; (ii) NÃO É E NÃO OFERECE RECOMENDAÇÕES PARA COMPRAR, VENDER OU CONSERVAR VALORES MOBILIÁRIOS EM PARTICULAR; E (iii) NÃO EXPRESSA A IDONEIDADE DE UM INVESTIMENTO PARA QUALQUER INVESTIDOR PARTICULAR. VIGEO EIRIS EMITE SUA INVESTIGAÇÃO COM A EXPECTATIVA E COMPREENSÃO DE QUE CADA INVESTIDOR, COM DEVIDO CUIDADO, REALIZARÁ SEU PRÓPRIO ESTUDO E AVALIAÇÃO DE CADA TÍTULO QUE ESTÁ EM CONSIDERAÇÃO PARA A COMPRA, CONSERVAÇÃO OU VENDA.

A INVESTIGAÇÃO DE VIGEO EIRIS NÃO É PROJETADA PARA SER USADA POR PEQUENOS INVESTIDORES E SERIA ARRISCADA E INAPROPRIADA PARA PEQUENOS INVESTIDORES USAREM A INVESTIGAÇÃO DE VIGEO EIRIS PARA TOMAR UMA DECISÃO DE INVESTIMENTO. EM CASO DE DÚVIDA, VOCÊ DEVE CONTATAR COM SEU CONSULTOR FINANCEIRO OU OUTROS PROFISSIONAIS. A INVESTIGAÇÃO DE VIGEO EIRIS NÃO É UTILIZADA POR NINGUÉM COMO UM BENCHMARK, DEVIDO A QUE ESSES TERMOS SÃO DEFINIDOS PARA FINS REGULATÓRIOS E NÃO DEVE SER USADA DE QUALQUER FORMA NA QUAL PODE SER CONSIDERADA COMO UM BENCHMARK.

TODAS AS INFORMAÇÕES CONTIDAS AQUI SÃO PROTEGIDAS POR LEI, INCLUINDO, MAS NÃO SE LIMITANDO A, LEI DE DIREITOS AUTORAIS, E NENHUMA DESTA INFORMAÇÃO PODE SER COPIADA OU REPRODUZIDA, CONVERTIDA, TRANSMITIDA, TRANSFERIDA, DIVULGADA, DISTRIBUÍDA, REDISTRIBUÍDA OU REVENDIDA OU ARMAZENADA PARA SEU USO SUBSEQUENTE PARA QUALQUER PROPÓSITO EN TOTALIDADE OU PARCIALMENTE, DE QUALQUER FORMA, OU MANEIRA E POR QUALQUER MEIO, POR QUALQUER PESSOA SEM PREVIO CONSENTIMENTO ESCRITO POR PARTE DE VIGEO EIRIS.

TODAS AS INFORMAÇÕES AQUI CONTIDAS SÃO OBTIDAS POR VIGEO EIRIS A PARTIR DE FONTES CONSIDERADAS PRECISAS E CONFIÁVEIS. DEVIDO À POSSIBILIDADE DE ERRO HUMANO OU MECÂNICO, NO ENTANTO, COMO TAMBÉM OUTROS FATORES, TODAS AS INFORMAÇÕES CONTIDAS AQUI SÃO FORNECIDAS "TAL E COMO SÃO" SEM GARANTIA, EXPRESSA OU IMPLÍCITA, DE QUALQUER TIPO, INCLUINDO PRECISÃO, OPORTUNIDADE, COMPLETUDE, COMERCIALIDADE ADEQUAÇÃO PARA QUALQUER OBJETIVO ESPECÍFICO. VIGEO EIRIS NÃO É UM AUDITOR E NÃO PODE VERIFICAR OU VALIDAR INDEPENDENTEMENTE AS INFORMAÇÕES RECEBIDAS.

Na extensão permitida por lei, Vigeo Eiris e seus diretores, executivos, funcionários, agentes, representantes, licenciadores e fornecedores (coletivamente, "Partes de Vigeo") renunciam a qualquer pessoa ou entidade por quaisquer (a) indireta, especial, consequente, ou perdas e danos acidentais, e (b) perdas e danos diretos ou compensatórios causados a qualquer pessoa ou entidade, incluindo mas não limitado a qualquer negligência (mas excluindo fraude, conduta dolosa ou qualquer outro tipo de responsabilidade que, para evitar dúvida, por lei não pode ser excluída); por, ou qualquer contingência dentro ou fora do controle de qualquer Parte Vigeo, decorrente de ou em relação às informações contidas neste documento ou ao uso ou incapacidade de usar essas informações.

Termos adicionais Apenas para a RPC: Qualquer opinião de terceiros ou outra opinião emitida pela Vigeo Eiris: (1) não constitui uma Avaliação de Títulos Verdes da RPC, conforme definido nas leis ou regulamentos relevantes da RPC; (2) não pode ser incluído em nenhuma declaração de registro, oferecendo circular, brochura ou qualquer outro documento enviado às autoridades reguladoras da RPC ou usado de outra forma para satisfazer qualquer requisito de divulgação regulamentar da RPC; e (3) não pode ser usado dentro da RPC para qualquer finalidade regulatória ou para qualquer outra finalidade não permitida pelas leis ou regulamentos relevantes da RPC. Para os fins deste aviso, "RPC" refere-se ao continente da República Popular da China, excluindo Hong Kong, Macau e Taiwan.